

---

ANTÓNIO PEDRO PITA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

## O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português \*

---

*O artigo esboça a análise dos princípios teóricos constituintes do pensamento de onde emergiu o colectivo do Partido Comunista Português. A abordagem dos escritos doutrinários de Bento Gonçalves, de alguns artigos de José Rodrigues Miguéis e do jornal Liberdade é o meio para levantar algumas hipóteses: 1. a moldagem da ideologia política do PCP, desde 1929, pelo*

*leninismo na sua versão estaliniana; 2. o compromisso entre este "marxismo-leninismo" e o positivismo dominante na área republicana; 3. os efeitos múltiplos de um tal compromisso: as necessidades da unidade anti-fascista como elemento de bloqueio de uma elaboração autónoma do marxismo, no período referido.*

89

**O** presente trabalho não tem nenhuma pretensão de abordagem global nem de síntese. Reivindica o limitado alcance de abordar unicamente os seguintes três tópicos:

1º — o primeiro tópico tem um pressuposto: o reconhecimento da heterogeneidade interna do marxismo ou, se se preferir, da não coincidência de várias interpretações dos textos de Marx; por isso, suponho indispensável começar pela indagação de *que marxismo* constituiu o eixo ideológico das reorganizações de 1929 e de 1940-41;

2º — quais são as relações, se existem, entre a recepção portuguesa do marxismo e as mudanças sociais e ideológicas dos finais da década de vinte;

3º — qual é a responsabilidade do marxismo na transformação da consciência intelectual portuguesa que é possível registar ao longo dos anos trinta e da década seguinte.

---

\* Este texto serviu de base a uma comunicação apresentada no VIII Encontro de Filosofia, subordinado ao tema *Presença e Ausência de Marx no Pensamento Contemporâneo* e organizado pela Associação de Professores de Filosofia (Coimbra, 10-12 de Março de 1993).

1. O tema da constituição do Partido Comunista Português, apesar das aparências, não é simples. Pelo motivo de quase poder dizer-se que o PCP *nasceu*, depois da fundação em 1921, mais duas vezes: em 1929 e em 1940-41.

Como se sabe, Marx era falado entre nós desde os meados do século XIX. Algumas obras, incluindo um resumo de *O Capital* foram traduzidas e publicadas<sup>1</sup>. E o Partido Comunista Português existia desde 1921, criado, em boa medida, no fogo ateado pelo impacte da Revolução Russa<sup>2</sup>. Não deixa de ser correcto, porém, afirmar que, até cerca de 1930, a referência doutrinária básica para os comunistas portugueses é, em rigor, o bolchevismo<sup>3</sup> e não propriamente

<sup>1</sup> Fala-se de Marx, em Portugal, desde 1852; a referência ocorre na revista coimbrã *O Instituto*, nas páginas de um artigo sobre "Proudhon e a economia política", subscrito por José Júlio de Oliveira Pinto Moreira. O contexto é o da polémica suscitada pela obra de Proudhon *Filosofia da miséria*, a que Marx, como se sabe, respondeu com *Miséria da filosofia*, cujas "judiciosas" considerações o universitário de Coimbra retém e subscrive (Sá, 1964).

Armando Castro, por seu lado, aponta referências a Marx em estudos de Guilherme Alves Moreira (*O lucro e a questão económica*, 1891), de António Augusto Pires de Lima (*As doutrinas económicas de Karl Marx*, 1899-1900), de Basílio Teles (*Introdução ao problema do trabalho nacional*, 1901; *Estudos históricos e económicos*, 1901), António de Sousa Horta Sarmento Osório (*A matemática na economia pura, s/d*) (Castro, 1983).

Fernando Piteira Santos recorda uma carta em que José Fontana exprime o desejo de que Marx lhe remeta "algum escrito para ser lido" num sarau socialista "para ajudar dois companheiros nossos perseguidos pelos industriais e governo por causa da greve do ano passado na classe dos manipuladores dos tabacos". E recorda também a tradução (em 1872) do *Apelo Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores* (1864) e do *Manifesto comunista* (1873) (Santos, 1983).

*O capital* aparece em português, no ano de 1912: mas é a tradução do resumo feito em França e publicado em 1883. Só em 1975 haverá uma nova edição, depois de, em (Janeiro de) 1974, ter-se iniciado a publicação da primeira tradução portuguesa integral (por Vital Moreira e Teixeira Martins), que ficou incompleta (Moreira, 1983).

Certamente, o interesse e o conhecimento de Marx em Portugal excede os limites das versões portuguesas dos seus textos (Margarido, 1975). Mas não se confundiu com a simpatia com que foi recebida entre nós a Revolução Bolchevista: "esta simpatia [sublinhou Bento Gonçalves] não tinha a determinação ou o conhecimento do marxismo" (Gonçalves, 1969).

<sup>2</sup> Cf.: "se o desconhecimento do papel do partido bolchevique e do leninismo poderão explicar grande parte das confusões não é menos verdade que são os *soviets*, como instrumento revolucionário fundamental da revolução, o aspecto que mais salientado é pela imprensa operária" (Oliveira, 1975: 30).

No célebre e já citado texto de Bento Gonçalves, *Palavras necessárias*, podia ler-se: "eram [...] desconhecidas a estratégia e tática do Partido Lenine. [...] Sabia-se o significado etimológico da palavra bolchevique e ligava-se o sentido revolucionário dele à Revolução levada ao máximo" (Gonçalves, 1969: 20).

<sup>3</sup> Manuel Ribeiro: "afirmai-vos bolchevistas nas ruas, na praça pública, na casa dos grandes poderosos, diante das autoridades e dos potentados. Dizei que ser bolchevista é ser pelo pobre contra o rico pelo virtude contra o crime, pela democracia contra a aristocracia, pela liberdade contra a opressão, pelo fraco contra o forte. É querer que o trabalho seja recompensado, que a virtude seja honrada, que o parasita seja despojado do que usurpou

o marxismo. Esta escolha, que tem a sua importância, denuncia uma sobrevalorização do político. E dificultou, é o menos que pode dizer-se, a elaboração teórica, a começar pela resolução da polémica entre Proudhon e Marx, ou melhor, pela supremacia da referência proudhoniana, à qual, como se sabe, Antero dera a força de uma sistematização filosófica e de uma pertinência política que a história do socialismo em Portugal haveria de prolongar<sup>4</sup>.

Foi difícil, pois, a recepção do pensamento de Marx em Portugal. Mas são as dificuldades nascidas da ignorância? A pergunta, como veremos a seguir, tem algum sentido.

Em 1925, José Carlos Rates publica *A Rússia dos Sovietes*, que retoma e corrige a doutrina exposta em *A Ditadura do Proletariado* (1920). É, porventura, apesar do esquematismo dos seus escritos, "o primeiro militante a interrogar-se acerca das propostas teóricas de Karl Marx como ferramenta para o trabalho político" (Margarido, 1975: 92). Mas a influência de Rates será, como se sabe, pouco duradoura.

A biografia de Marx publicada em 1930 pelo anarco-sindicalista seareiro Emílio Costa parece revelar um razoável desconhecimento da obra do autor de *O Capital*, detectável na simplificação excessiva do contributo do pensador alemão. Alfredo Margarido comentará, a propósito: "Quatro anos após a proclamação da ditadura militar e fascista, a porta fecha-se sobre a obra de Marx não por obra e graça da ditadura, mas pela mão firme e pesada de um militante anarco-sindicalista, cuja devoção à causa sempre fora sem limites." (Margarido, 1975:97).

2. Depois de uma curta mas intensa militância sindical, Bento Gonçalves ingressa, em 1928, num Partido

---

indignamente; que uns não se banqueteiem, lautamente, e outros morram de fome; que uns habitem em palácios e outros definhem em mansardas. É querer a abolição das castas e dos privilégios; é querer a genuína democracia, o governo do povo pelo povo, é querer a igualdade económica dos homens, como é igual o direito de viver" ("Porque somos bolchevistas", *Bandeira Vermelha*, nº 3, 19/10/1919, *apud* Quintela, 1976: 95). A genuína democracia é, ainda nas palavras de Manuel Ribeiro, concretizada na "ditadura do proletariado, expressão política de uma nova forma governativa provisória, adoptada como uma solução irremediável a que não pode fugir-se" (*Idem*, *Bandeira Vermelha*, nº 10, 7 [Dezembro] 1919, *apud idem*, *ibidem*: 96).

<sup>4</sup> Cf. Catroga, 1981: 170-180. O socialismo de Antero — que foi, também, um combate contra o comunismo, isto é, contra a abolição da propriedade privada e contra o estatismo exagerado (Louis Blanc, Blanqui, Marx) — definiu-se, genericamente, citando Proudhon, a partir de um fundamento moral: "O mundo só pela moral será libertado e salvo" (Quental, 1931: 143). Cf. também Catroga, 1982.

Comunista que, com menos de cinquenta militantes<sup>5</sup>, está reduzido à ineficácia política e diluído nas lutas sociais sob hegemonia anarquista, anarco-sindicalista ou anarco-comunista.

A *ideia socialista* instalara-se desde os meados do século XIX, como é conhecido. Porém, mais, talvez, por um anti-marxismo teórico-militante do que por uma simples ignorância de Marx. Os socialistas de 52, Antero e Sérgio, para limitar-me a referências culminantes, elaboraram uma concepção de socialismo que refuta, ponto por ponto, as teses-chave do marxismo como teoria da revolução: sobre a luta de classes, a concepção de democracia ou a ditadura revolucionária.

O que podemos considerar *ignorância* de Marx talvez seja, então, o efeito segundo de uma *rejeição* primeira. Ou, noutra hipótese, será consequência de uma interpretação que o aceitou unicamente na condição de expurgá-lo dos elementos inconciliáveis com o individualismo e/ou com o reformismo.

E é assim que, entrados já na década de trinta deste século, ainda encontramos — e nas páginas da revista *Pensamento*, “revista de cultura socialista” — a consideração de *O Capital* como “o Evangelho do povo trabalhador”.

Compreende-se, neste quadro, a complexidade prática da realização do projecto teórico de Bento Gonçalves: primeiro, intensificação da luta ideológica; segundo, reinterpretação “ortodoxa e revolucionária” (Gonçalves, 1929)<sup>6</sup> do marxismo com o objectivo de produzir uma dupla demarcação do projecto comunista: por um lado, do programa do Partido

---

<sup>5</sup> Cf. Pereira, 1982: 281. Em “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)” (1981), o mesmo autor traz ao nosso conhecimento outros dados do maior interesse, entre os quais a indicação, ano a ano, desde 1921 até 1929, do número de membros do Partido: 1000 (mais 260 das Juventudes Comunistas) em 1921; 2900 (dos quais 1702 pagam quotas) em 1922; 3000 em princípios de 1923; neste ano, “por pressão da Internacional Comunista, a organização parcela-se em ‘comunas’, com base na divisão administrativa (...)” (*idem, ibidem*: 697); depois, em 1925, “e de novo por intervenção da I. C., as ‘comunas’ transformam-se em células” (*idem, ibidem*: 697); em Novembro de 1923, registam-se cerca de 500 membros e, no ano seguinte, 700; faltam elementos relativos aos anos de 1925 e 1926 e o Partido é ilegalizado em 1927; “os números de 70 membros em 1928 e de 49 em 1929, se bem que reflectam a crise ocorrida com a ilegalização do Partido em 1927, traduzem fundamentalmente um critério muito restritivo de contagem que deixou de fora parte considerável dos antigos membros, que mantêm, como se pode ver pela imprensa de 1929-32, relações com o Partido” (*idem, ibidem*: 688).

<sup>6</sup> Bento Gonçalves, “Das democracias”, *O Proletário*, nº 10, 17/9/1929 (Gonçalves, 1976b: 85).

Socialista<sup>7</sup>, que entretanto adoptara as teses da II Internacional, e, por outro, do ideário libertário; finalmente, a reconstrução orgânica do P.C.P.

Aliás, desde 1927-28 que encontramos expressões de uma expectativa sobre os ideários e as organizações que poderiam, com êxito, alimentar o processo de “republicanização da República”, dada a crise dos partidos “burgueses”, leia-se republicanos, e a perda de influência do Partido Socialista, que adoptara, como já foi dito, o reformismo da II Internacional<sup>8</sup>.

Devemos ao futuro grande escritor José Rodrigues Miguéis uma das formulações mais nítidas dessa expectativa. No nº 2 (7 de Maio de 1927) de *Gente Nova*, jornal do Centro Republicano Académico (Coimbra), ele publica um artigo que, a este respeito, em especial nos interessa. Intitula-se “Ditadura — e depois?”. Miguéis escreve com os olhos postos na situação política imediata (o texto terá sido escrito em Novembro de 1926) e interroga-se sobre os meios democráticos da sua transformação. Não é tanto a ditadura que o perturba *porque há ditaduras com sentido* — posição que deve sublinhar-se. O que lamenta é a ausência de finalidade social e a inexistência de um plano de reformas populares sem as quais uma ditadura não tem sentido. E ao mesmo tempo reprova o comportamento das forças políticas republicanas (as pequenas ambições, a redução da política a um jogo formal, a tentativa de se substituírem ao eleitorado, a consumada ruptura com o mundo real). Aspira à reactualização da soberania popular. Escreve:

A grande massa, operários, camponeses, pequenos proprietários, pequenos lavradores, industriais, escritores, artistas e professores, que sei eu! — formarão no futuro uma forte organização para intervir no governo do Estado; os que têm honradamente pouco e carecem de trabalhar para o sustentar; os que nada reclamam do Estado senão que distribua justiça equitativa e cumpra os seus deveres; e sobretudo os que trabalham dia a dia pelo pão da boca — eis os que, mais ou menos unidos, hão-de levar a República a bom porto.

<sup>7</sup> O Partido Socialista Português foi criado em Janeiro de 1875, mas o processo de que nasceu iniciara-se, como é sabido, alguns anos antes. Para a cronologia desse processo, cf. Fonseca, 1979; para a elucidação documental, cf. Nogueira, 1964: 11-70; para a inserção desse primeiro Partido Socialista na história das ideias socialistas em Portugal, cf. Santos, 1992.

<sup>8</sup> César Nogueira, figura influente do Partido Socialista, escreverá uma comovida homenagem a Bernstein, por ocasião da sua morte, em 18 de Dezembro de 1932, saudando o “grande evangelizador socialista” (*Pensamento*, nº 35, Fevereiro de 1933).

Por outras palavras: estava em movimento a ideia de que a transformação social da República já não dependia dos partidos republicanos mas, principalmente, da emergência de uma outra *força política* — que já tinha existência social, embora dispersa e que seria indispensável dotar de coesão teórica e orgânica para que pudesse ser a voz de uma vontade popular ainda sem expressão política.

É possível (pelo menos assim o julgo) que se faça aqui apelo à (ou se dê obliqua notícia do trabalho de) revitalização do (quase extinto) Partido Comunista Português<sup>9</sup>.

De facto, no momento de serem publicadas estas considerações de Rodrigues Miguéis, já está em curso o profundo processo de reorganização do movimento comunista português.

Nas páginas de *O Eco do Arsenal*, primeiro, e depois em *O Proletário*, Bento Gonçalves<sup>10</sup> define o eixo teórico em volta do qual se fará a reconstituição do Partido Comunista. O pano de fundo é a crítica da revisão do materialismo histórico operada pelos dirigentes da II Internacional. A crítica é contundente. Os chefes socialistas são “renegados conscientes”<sup>11</sup> que teorizavam a aspiração ao poder da pequena burguesia cidadina<sup>12</sup> por meio da revisão de dois pontos básicos: a substituição da luta de classes pela conciliação de classes em nome da noção de democracia e a proposta de transição pacífica (leia-se parlamentar) para o socialismo contra a ideia de revolução. É fácil notar que estes dois

<sup>9</sup> Se assim for, o encontro de Miguéis com o comunismo dá-se durante o seu percurso no interior do republicanismo e no momento de tomada de consciência das limitações *sociais* do pensamento político republicano. Sobre este ponto, relativamente obscuro, do itinerário político de Miguéis, cf. Alves, 1984: 302-303; Pita, 1989: 1-4; Nunes, 1981: 723-724; Neves, 1990: 83-92.

<sup>10</sup> Bento Gonçalves (1902-1942) foi o grande obreiro da transformação leninista do P.C.P., isto é, da ruptura com a hegemonia anarco-sindicalista, na Conferência de 1929 — verdadeira refundação do Partido. Participou no VII Congresso da Internacional Comunista (1935). Preso e deportado para o Tarrafal aí morreu, em 1942, quando se operara já a chamada “reorganização” de 1940-41, sob a direcção de Álvaro Cunhal.

Os volumes de que dispomos hoje inserem, creio, o corpus integral da sua produção teórica e doutrinária. Em *Os comunistas — 1: Bento Gonçalves* (Gonçalves, 1976a), encontramos os seus textos mais conhecidos, *Palavras necessárias* e *Dois palavras*; mas lá se encontram também a “Contestação à Secretaria do Tribunal Militar Especial” e o “Relatório apresentado ao VII Congresso da Internacional Comunista (1935)”, bem como o importante ensaio de Pedro Soares, “Bento Gonçalves, organizador do Partido”. *Escritos (1927-1940)* (Gonçalves, 1976b) inclui os artigos publicados em *O Eco do Arsenal* (1927-1929) e, subscritos pelo pseudónimo “Gabriel Coutinho”, em *O Proletário* (1929-1930), bem como um ensaio de apresentação, uma cronologia e várias outra documentação recolhida com apuro pelo investigador António Ventura.

<sup>11</sup> Gabriel Coutinho [Bento Gonçalves], “Deformação socialista do marxismo”, *O Proletário*, nº 6 (Gonçalves, 1976b: 78).

<sup>12</sup> Gonçalves, 1976b: 79.

pontos, aos quais pode acrescentar-se, num prolongamento do segundo, a imprescindibilidade de uma organização política coesa e actuante, traçavam uma linha de demarcação suficientemente nítida entre os comunistas e outros opositores ao regime saído do 28 de Maio. Entre 1928 e 1930, o comunismo português desliga-se da diluição anterior e singulariza-se como corrente de opinião e como aparelho político: reforça a influência sindical, aumenta os seus efectivos (menos de 50, como vimos, em 1929; 400, em 1935), inicia a publicação mensal do *Avante!* (1931), alarga a sua influência no mundo estudantil e intelectual.

Essa linha de demarcação torna-se politicamente operativa pela superação da simples referência marxista, que não impedia vacilações reformistas ou humanitaristas, e pela adopção imediata do leninismo, que surge, claramente, como doutrina agregadora e mobilizadora.

A leitura atenta dos escritos de Bento Gonçalves mostra que o sentido mais profundo do seu trabalho doutrinário e militante é a inscrição do caso português na história da crise geral do capitalismo posterior à guerra. Permite-nos concluir, por outro lado, que o seu leninismo, bem como o acesso à interpretação leninista de alguns textos de Marx, é por sua vez *mediado* pela famosa obra de Estaline, *Princípios do Leninismo* (1924).

Sabe-se que a ruptura da II Internacional e a fundação da Internacional Comunista (1919), elementos fulcrais da estratégia de Lenine para o triunfo e sobrevivência da Revolução Russa, são consideradas por Estaline a concretização política de uma teoria que *realiza* o desenvolvimento consequente das ideias de Marx — e é para sagrar esta ligação que Estaline cunha a categoria de “marxismo-leninismo”; nela, por conseguinte, o contributo de Lenine é considerado menos *uma interpretação* adequada às condições da sociedade russa do que *a interpretação justa* do marxismo na época imperialista.

São significativos, por isso, os seguintes três pontos que distinguimos nos textos de elaboração ideológica de Bento Gonçalves a que me reporto: primeiro, a adopção, *como evidência jamais questionada*, da expressão “marxismo-leninismo” para significar a “teoria revolucionária do proletariado”<sup>13</sup>; segundo, a introdução de definições como “o marxismo e, mais exactamente, o marxismo-leninismo é a

<sup>13</sup> “A propósito de uma data — Resposta aos falsificadores do leninismo”, *O Proletário*, nº 15 (Gonçalves, 1976b: 97).



síntese da teoria e da prática como ciência do proletariado, o seu método e tática na época imperialista, é o caminho que conduz à emancipação das massas exploradas em regime capitalista”<sup>14</sup>; terceiro, a consideração sintética da “teoria leninista que, em última instância, vem a ser o marxismo da época do imperialismo”<sup>15</sup>.

Dito por outras palavras: pode dizer-se que é no próprio processo da sua verdadeira *refundação*, que culmina na Conferência de 1929, pela mão de Bento Gonçalves, que o Partido Comunista fica inscrito nas premissas, possibilidades e limites do estalinismo teórico e político. Basta ler os textos para verificar que sobre eles não paira simplesmente a sombra inspiradora da referida obra de Estaline, *Princípios do Leninismo*, mas que várias páginas, quando não são transcrições, são pelo menos fiéis paráfrases dessa obra famosa.

Sublinho este ponto, que se me afigura essencial: não estamos perante uma simples coincidência de pontos de vista mas perante um profundo processo de constituição teórico-política, no qual complexamente se articulam, em primeiro lugar, a subvalorização da situação *concreta* portuguesa perante um modelo genérico de interpretação da crise do capitalismo; quero dizer, ao pensamento e à intervenção do Partido Comunista, pela concepção de Bento Gonçalves, a sociedade portuguesa apresenta-se menos *como problema* do que como meio e lugar de *reconhecimento* de um processo histórico-social já abstractamente conhecido; em segundo lugar, a consideração do político mais pela óptica da cientificidade do que pela óptica da filosofia prática; finalmente, a defesa do marxismo — isto é: do marxismo-leninismo — mais como filosofia (científica) da história do que como teoria da revolução das sociedades capitalistas.

3. As páginas do jornal *Liberdade* (“semanário republicano” e, a partir do nº 188, de Janeiro de 1933, “semanário republicano de esquerda”) constitui um (para não dizer: o) lugar de reflexão política em que os jovens nascidos na primeira década do século e despertados para o mundo na dobra dos anos 20, muitos deles com formação universitária e quase todos sem responsabilidades político-institucionais directas, procurarão inscrever as reflexões suscitadas pelas suas experiências concretas.

---

<sup>14</sup> “O sentido da nossa política”, *O Proletário*, nº 32, Julho de 1930 (*ibidem*: 127).

<sup>15</sup> *Idem*, *ibidem*: 103.



Trata-se de um período de ambiguidade institucional que ainda alimentava interrogações quanto ao futuro da República e da democracia, e nele o marxismo impõe-se como corrente ideológica adequada à compreensão transformadora do momento, bem como do processo histórico que o gerou.

O exame das vicissitudes da teoria e prática do republicanismo rasgou a disponibilidade para a recepção do marxismo, porquanto se orientou para uma inteligibilidade da crise da República democrática a partir da evidência da primazia das necessidades económicas e da impossibilidade de limitar a análise da vida social aos planos moral e político: “é imprescindível atendermos à base de todo o edifício social — a sua estrutura económica”<sup>16</sup>.

Curiosamente, o articulista que assim escreve não adere ao marxismo como doutrina. Aceita, dele, a tese básica que formula deste modo: “o factor básico para a manutenção da vida é o factor material e, por consequência, [...] a organização fundamental da sociedade está na sua estrutura económica” (*ibidem*). Mas é relutante em aceitar que a inteligibilidade dos fenómenos ideológicos dependa, também, da estrutura social da sociedade por não compreender a tese da determinação em última instância. A incompreensão desta categoria terá longa história no marxismo português. Em torno dela e da conexas categoria de dialéctica travar-se-ão debates e gerar-se-ão equívocos que traçam com nitidez as possibilidades e os limites do marxismo entre nós.

Seja como for, fica adquirida, pelo menos, a relação entre “emancipação económica e democracia”: “as ideias democráticas e as ideias colectivistas conjugam-se, completam-se, assim, harmónica e racionalmente, constituindo um todo homogéneo, o fundo doutrinal em que assenta a nossa ideologia republicana. Portanto, quando dizemos *Lutemos pela Liberdade!* é o mesmo que disséssemos: *lutemos pelas condições indispensáveis, para que a Liberdade deixe de ser uma miragem enganosa, para se tornar uma luminosa realidade social*”<sup>17</sup>.

A consciência de que a liberdade tem condições é um pressuposto para a aceitação e consideração positiva da luta de classes. Este elemento é chamado a problematizar o

<sup>16</sup> António de Sequeira Zilhão, “Temas Sociais — a primazia das necessidades económicas”, *Liberdade*, nº 148, 13/31932.

<sup>17</sup> *Idem*, “Ao serviço da República — Lutemos pela Liberdade! A emancipação económica é elemento fundamental da moderna Democracia”, *Liberdade*, nº 180, 6/11/1932.

liberalismo (“uma ideia que cumpriu a sua função e que hoje, dado o actual desenvolvimento do regime capitalista, não faz mais do que amparar a lei do mais forte, a injustiça social, portanto”) e mesmo a democracia (“hoje é completamente ambígua e equívoca porque há três classes com interesses particulares cada uma delas: a burguesia, classe média e proletariado”) em nome de uma “filosofia da História” em que é nítido o eco do *Manifesto do Partido Comunista* (“A luta de classes que é tão antiga como a Humanidade...”, e da qual a revolução, como momento sintético terminal, faz parte integrante (“a luta de classes acabará no dia em que os mais humildes, os que nada têm, se unam para derrubar o poder da classe capitalista e façam com que os meios de produção e distribuição sejam de propriedade colectiva”)<sup>18</sup>.

A aceitação positiva da luta de classes é, por sua vez, a linha que demarca não só duas perspectivas políticas mas duas perspectivas intelectuais, digamos, duas mentalidades: atravessa o plano da produção simbólica, cultural e científica. Toda a produção cultural é, em última instância, social.

À difusão das teses marxistas da determinação pela economia e da luta de classes como princípio do dinamismo histórico, o mesmo semanário *Liberdade* acrescenta, numa expressão legal e teoricamente mais elaborada do processo de reconstituição clandestina do PCP, a condenação da II Internacional e a crítica impiedosa da nova Declaração de Princípios do Partido Socialista Português, aprovada na Conferência de Coimbra em 1933<sup>19</sup>.

Quanto ao primeiro tema, Fernando Frade Sorondo recorda as conclusões da Conferência de Paris nestes termos: “oposição a toda a forma enérgica de conquista do poder, ou para evitar uma possível guerra”; “oposição à frente única do proletariado ou à colaboração com outras organizações operárias não socialistas”; “condenação da ditadura do proletariado”; “ressurreição dos velhos e desacreditados processos democrato-burgueses”. E conclui que os partidos da II Internacional “chegaram a ser mesmo, na maior parte dos países, o mais fiel apoio da burguesia”, motivo pelo que se congratula com a derrocada da organização<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> As citações são do artigo de Fernando Frade Sorondo, “Liberalismo, democracia, liberdade”, *Liberdade*, nº 180, 6/11/1932.

<sup>19</sup> No já referido ensaio de Fernando Piteira Santos (1992), dá-se conta das contradições e ambiguidades que corroíam o aparelho político socialista e o próprio ideário do socialismo democrático: “à Conferência Nacional de Coimbra [escreve Piteira Santos] segue-se um longo período de residual sobrevivência”.

<sup>20</sup> F. F. Sorondo, “A derrocada da Segunda Internacional”, *Liberdade*, nº 220, 3/9/1933.

A crítica — mais: a “autópsia”<sup>21</sup> — da Declaração do Partido Socialista Português<sup>22</sup> tem um ponto prévio que a torna ainda mais significativa: o jornal considera de “bom augúrio” a actualização programática, por estar “a República Portuguesa, até hoje, sem uma Esquerda que constitua uma força capaz de influir de um modo decisivo na orientação da política democrática”<sup>23</sup>. Os termos em que a decepção se manifesta são, por isso mesmo, ainda mais significativos: “o programa aprovado em Coimbra ajusta-se com facilidade a qualquer partido burguês de carácter radical”<sup>24</sup>. E provocaram um debate longo e vigoroso do qual, na impossibilidade de o analisar agora, isolo unicamente dois tópicos: a observação, usada como título de um dos artigos, de que “a Declaração de Princípios do Programa do Partido Socialista é antimarxista”<sup>25</sup> e, como é compreensível, a óptica explicitamente marxista do autor da análise (“todo o erro reside em que os abastados dirigentes socialistas se afastaram infinitamente da chamado ‘socialismo científico’ e da clarividente dialéctica de Marx e descambaram na liberalismo burguês e inconsistente do século passado”<sup>26</sup>).

A ideia de revolução, tornada contraditória com a ideia de reforma, inscreve-se na ordem de trabalhos dos jovens intelectuais portugueses: “não somos reformistas. O reformismo é o maior dos obstáculos que se têm oposto à emancipação do proletariado”.

5. Nas páginas do jornal *Liberdade*, ao longo da primeira metade da década de trinta, é possível pressentir o processo de alargamento da influência marxista e documentar a transformação, por essa influência, da consciência intelectual portuguesa. A crise republicana — crise institucional e ideológica — acende na sua extrema esquerda um programa de reformas sociais, cristalizado na palavra de ordem: “republicanização da República”, e decorrente de uma reorganização conceptual capaz de revitalizar a confiança imediata do povo e as expectativas dos intelectuais.

<sup>21</sup> “A análise do Programa Socialista — O golpe de misericórdia”, *Liberdade*, nº 211, 2/7/1933.

<sup>22</sup> Cf. a documentação relativa à Conferência Nacional em *Pensamento*, nº 47 (ano IV), Fevereiro de 1934, p. 89-96.

<sup>23</sup> “Editorial — O Partido Socialista”, *Liberdade*, nº 180, 6/11/1932.

<sup>24</sup> “A impressão sumariíssima da Conferência Socialista em Coimbra”, *Liberdade*, nº 197, 19/3/1933.

<sup>25</sup> *Liberdade*, nº 199, 2/4/1933.

<sup>26</sup> “A análise do Programa Socialista — O golpe de misericórdia”, *Liberdade*, nº 211, 2/7/1933.

Para esta esquerda, o diagnóstico estava feito: a crise da República, nos finais dos anos 20, radicava, entre outros factores, no esvaziamento social da forma republicana e na perda de substância popular pela estrutura jurídico-política democrática.

Estava preparado o terreno para o desenvolvimento da radicalização comunista, ocupando o espaço deixado vago, como vimos, pela reafirmada ineficácia do Partido Socialista, e para o aprofundamento das ideias marxistas.

Ponto a tomar em consideração: o marxismo é interpretado, também, como o ideário da republicanização da República, a doutrina susceptível de reconciliar a democracia com o seu fundamento (que é, ao mesmo tempo, finalidade) social.

Não é desprezível, por isso, que, entre os jovens que aderem ao *Grupo Liberdade* registemos personalidades influentes do pensamento e da política de radicação marxista, alguns dos quais assumirão depois funções políticas (ou ideológicas) decisivas: Álvaro Cunhal, Vasco de Magalhães-Vilhena, Mário Dionísio, Francisco Ramos da Costa e Álvaro Salema, entre outros.

Não pode esquecer-se, também, o trabalho desenvolvido por Bento de Jesus Caraça desde o início dessa mesma década. Porque quem, nas páginas de *Liberdade*, faz aparecer, com grande relevo, a notícia e as repercussões do Congresso Mundial contra a Guerra, realizado em Amsterdão em 1932, e ao mesmo tempo desenvolve uma actividade política por certo intensa mas discreta e ainda praticamente desconhecida<sup>27</sup> é o mesmo Caraça que produz uma significativa obra de actualização cultural — quer dizer, ideológica — da consciência intelectual portuguesa a partir de uma interpretação das categorias fundamentais do marxismo — mas não marxista-leninista — à qual não é alheia a inspiração de um Romain Rolland<sup>28</sup>.

**6. A prisão do núcleo dirigente do P.C.P. constituído por Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio Fogaça, ocorrida em**

<sup>27</sup> Sobre este ponto, cf. Pedroso, 1988; Silva, 1993. Cf. ainda as breves mas significativas referências na evocação de José Magalhães Godinho (1983: esp. 66).

<sup>28</sup> Deverá ler-se com atenção o material publicado nos dois números de *Globo*, publicação dirigida por Bento de Jesus Caraça e José Rodrigues Miguéis, publicados em 11 e 25 de Novembro de 1933.

Num ensaio de interpretação global da filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça, que neste momento preparamos, este problema das mediações do acesso de Caraça às ideias marxistas será discutido com a possível amplitude.

1935, abre um novo período de crise na história do Partido. Porém, o alargamento da influência marxista e a pertinência que lhe era reconhecida na perspetivação quer dos problemas políticos quer das questões culturais entre nós, implicaram que esse período de crise e descrédito político — que culminou na expulsão do P.C.P. da Internacional Comunista em 1939 — fosse ao mesmo tempo um período de intensa luta ideológica, de apetrechamento filosófico, de maturação política. Por outras palavras: em duras condições de isolamento internacional (que a guerra avolumara), os militantes comunistas portugueses forjam as condições da reorganização política dos anos de 1940-41. Abrem várias frentes de combate: na clandestinidade, trabalham na viragem do republicanismo radical para o socialismo marxista e na reconstituição de um aparelho político activo; na legalidade, acentuam a novidade e a justeza do marxismo na perspetivação das grandes questões culturais e artísticas.

É ainda no jornal *Liberdade* que encontramos, em 1932, uma referência à “teoria do materialismo histórico ou determinismo económico [sublinhe-se: materialismo histórico ou determinismo económico] do grande pensador socialista Karl Marx”. E uma síntese: “todos os fenómenos de ordem espiritual não são mais do que simples reflexos ou consequências dos fenómenos económicos, não são mais do que manifestações de vida material, porque, no fundo, são as necessidades físicas que orientam, todas as relações humanas. Quer dizer: nega-se aqui a autonomia das forças espirituais”. O horizonte da leitura de Marx é a confusão entre condicionamento e determinação bem como a do próprio entendimento sobre o que signifique determinar; a comprovada “complexidade da vida social” é oposta à consideração da economia como “único determinante da vida social”.

A confusão quanto ao sentido marxiano do termo *determinar* será persistente<sup>29</sup>. Radica na noção de socialismo como aspiração moral e consequente filiação numa modalidade de idealismo filosófico que fizera carreira na história das ideias portuguesas. Daí nasceu a resistência filosófica ao marxismo (que a incompreensão quanto a vários dos seus conceitos bem exprime: a dialéctica, por exemplo) e a resistência política às ideias comunistas, onde elas se demarca-

<sup>29</sup> A confusão é patente em várias das muitas polémicas sobre arte e não será excessivo reconduzir a tal incompreensão um capítulo fundamental da tessitura teórica do chamado “neo-realismo” português, a principiar pela própria designação.

vam do socialismo reformista e do sindicalismo. A solidariedade epistemológica entre estes dois pontos implicou, como já se aludiu, que a um esforço de reorganização política das várias correntes socialistas, desiludidas do Partido Socialista, correspondesse uma reavaliação da “herança de Marx”. A valorização de Lenine, que “revivificou as concepções rudimentares que constituíam (...) a substância [do *Manifesto Comunista*]”, e por isso pode ser considerado o intérprete do “autêntico pensar de Marx”, tem, nesse contexto, o contraponto da crítica acesa da tradição reformista, incluindo Bernstein. Muito embora o horizonte próximo fosse a rejeição política e teórica do Partido Socialista, é claro que uma tal demarcação pressupunha uma tomada de posição na história (próxima) das ideias e práticas socialistas. Valorizar o Marx irredutível à linha reformista — o Marx da filosofia da revolução, que exige militância organizada, contra o Marx da filosofia da história, onde por vezes é desenhado o devir fatal do socialismo — é resultado do balanço da “herança de Marx”.

As condições políticas, extremamente adversas, em que se desenrolou a intensificação da luta ideológica na segunda metade dos anos trinta, encaradas do ponto de vista de uma história das ideias, constituem uma condição, entre outras, para a análise concreta da teorização marxista entre nós. Nessas páginas de diversificada teorização ou divulgação doutrinária — que são como que fragmentos de um texto difícil de ordenar — registamos a inscrição do materialismo histórico numa filosofia da natureza, de resto coerente com um horizonte anti-clerical e a-teológico<sup>30</sup>; depois, pela inteligibilidade da sociedade enquanto natureza transformada pelo homem e, nesse sentido, pelos homens constituída, discernimos a grande importância conferida à técnica; finalmente, o problema da articulação entre as condições de produção da existência material e a génese de instituições jurídico-políticas e a produção de objectos simbólicos — questão decisiva para a aceitação da pertinência do marxismo como discurso teórico — ocupa alguns dos mais importantes doutrinários marxistas portugueses, quer na produção de textos originais, quer na tradução de obras, ou fragmentos de obras, estrangeiras.

<sup>30</sup> Cf. as seguintes traduções: Paul Lafargue, “O meio natural e o meio artificial do homem”, *Liberdade*, nº 236, 1/5/1934 e nº 237, 10/5/1934; Marcel Prenant, “A vida, a evolução das espécies e o marxismo”, *Liberdade*, nº 242, 24/6/1934 — nº 244, 29/7/1934.

A produção original é particularmente sensível à “significação do novo humanismo”<sup>31</sup>: consumir a negação do humanismo burguês. Uma tal negação tem lugar, é certo, no interior da mesma atitude geral do “homem como valor absoluto” e do “respeito pela dignidade humana” (*ibidem*: 67). Mas à racionalidade abstracta que lhe está subjacente pretende opor o novo humanismo uma outra filosofia, “uma concepção materialista — o materialismo dialéctico — segundo o qual o homem é considerado na sua realidade histórica, empírica, relativa” (*ibidem*: 68).

Note-se: a novidade de Marx por referência a Hegel foi recebida entre nós como simples inversão. Pressupondo que há em Hegel o idealismo e a dialéctica<sup>32</sup>, e que o trabalho teórico (mas também militante) residiria em superar o idealismo pela aplicação da dialéctica, o marxismo português fez o trânsito imediato da Ideia para o Homem. A subjectividade neo-humanista implica os sujeitos no conhecimento da lógica do devir histórico. Dá-lhes um conhecimento do processo de subjectivação e, por seu intermédio, o conhecimento da origem de si próprios, conferindo-lhes o imperativo de se adequarem e moldarem o mundo pela lógica do devir histórico. A este último aspecto se chamou, entre nós, cultura — que suscitou dezenas de boas e más interpretações.

Note-se, contudo: “como muito bem o notou Jean Hyppolite, nada é mais estranho ao pensamento de Hegel do que esta concepção antropológica da História”; se “a História não é a alienação do Homem mas a alienação do Espírito, isto é, o último momento da alienação da Ideia”; e se, finalmente, “do ponto de vista da História humana, o processo de alienação está já sempre começado” (Althusser, 1979), é possível que a reflexão sobre as relações de Marx com Hegel deva incidir sobre a própria estrutura da dialéctica. E será possível concluir, então, que o essencial do trabalho de Marx não consistiu na concretização da Ideia no homem mas na afirmação da História como processo inteligível por si próprio, alheio a uma vontade que o produza e no qual a noção de humanismo — como particular concepção do sujeito — perde operatividade.

Se examinarmos a minúcia dos textos, exame de que agora faço economia, torna-se claro que o marxismo se

<sup>31</sup> Título de um artigo incluído em Rodrigo Soares [Fernando Pinto Loureiro], 1947: 65-71.

<sup>32</sup> Cf.: Albertino Gouveia [Jofre Amaral Nogueira], “Vultos e ideias da história da filosofia — Hegel”, *O Diabo*, nº 198, 8/6/1940.



afirma na cena ideológica e política portuguesa num estado razoavelmente mais polémico do que aquilo que os sujeitos desse processo poderiam crer ou que poderia ser, no momento, visível.

Na valorização do marxismo como síntese de toda a grande tradição burguesa (consideração de que personalidades como Romain Rolland ou Henri Barbusse foram os grandes mediadores) enraizou Bento de Jesus Caraça a sua filosofia da cultura de linhagem historicista, no interior da qual as categorias de *necessidade* e de *determinismo* são objecto de crítica de fundo: “o homem é definido pelo seu contexto: o contexto mudou, mudou o homem”. Mas a lógica da mudança não é antecipadamente conhecida: para Caraça, “não há fatalidade em história. O que acontecerá [...] é sempre determinado pelo jogo dos elementos em presença. [...] Quando muito pode falar-se de uma tendência do movimento em marcha” (Caraça, 1970: 141). Esta posição, irredutível a um percurso teleológico, dá uma inteligibilidade peculiar ao processo da História. Na teleologia, a figura da finalidade é o critério para o reconhecimento das figuras parcelares. O princípio [*arque*] contém, sob a forma de possibilidade, todo o processo, o qual, por isso, não é mais do que pleno desenvolvimento dessa *arque*; logo, o que não é *realmente* é já, no entanto, *potencialmente*.

No historicismo, “aquilo que tem de ser não é ainda, e, como tal, pode vir a não ser” (Caraça, 1970: 141): a noção de *possibilidade*, historicamente constituída, enraíza numa noção de historicidade alheia ao dinamismo necessário e finalista. Por isto mesmo, as (discretas) considerações de Caraça continham um incontornável fundo polémico. Mas polémica com quê? Polémica interna ao próprio campo marxista, polémica em torno do determinismo então extensamente difundido entre nós, polémica a que é alheia a dificuldade ou ambiguidade conceptual com que foram recebidas entre nós categorias como determinação ou dialéctica.

Suponho que foi esta a interpretação *politicamente influente*: se a hipótese for correcta, haverá de concluir-se que o marxismo português, recebido e tornado mobilizador em 1929 pelo interposto Estaline dos *Princípios do Leninismo*, como já se viu, é revitalizado, no percurso que culmina na reorganização de 1940-41, pela sua re-inscrição nas premissas, possibilidades e limites da leitura estaliniana do materialismo histórico, leitura de que uma das coordenadas é a perspectivação da história sob o ângulo da dialéctica da

Natureza. O relevo, a sistematicidade e o alcance conferidos a textos então intensivamente divulgados, com especial destaque para o *Manual* de Nicolau Bukharine e para o *Materialismo dialéctico e materialismo histórico* de Estaline, fundamentam a minha hipótese.

Dito noutra terminologia: apesar de alguns esforços, o marxismo português ficou circunscrito, afinal, aos limites de uma leitura cientista, senão mesmo positivista. Mas, paradoxalmente, esta assinalável limitação teórica poderá ter-se tornado *politicamente* eficaz, pela possibilidade de coexistir com outras correntes positivistas de orientação republicana, robustecendo a estratégia frentista. Assim se compreenderá que tenha sido poupada uma personalidade eminente como Abel Salazar, o arauto português do positivismo lógico, à violência crítica repetidamente dirigida a António Sérgio, de que a célebre "Carta" de Jofre Amaral Nogueira<sup>33</sup> foi só o ponto de partida.

A sobredeterminação *política* terá revelado, aqui, todo o seu poder. E reduz ao silêncio (pelo menos explícito ou público) discordâncias e dissensões, que só virão à superfície, no rescaldo do pós-guerra e da campanha de Norton de Matos, nos finais dos anos 40. Os efectivos sobem: dos 400 membros em 1935 para 1200 em 1943, 4800 em 1946 e 7000 em 1945-47 (Pereira, 1982: 281), o máximo de todo o período de clandestinidade.

Em 25 de Março de 1949, Cunhal é preso, no âmbito de uma impressionante vaga de detenções que praticamente decapitou a direcção política do Partido<sup>34</sup>. E é difícil ainda hoje avaliar em toda a sua extensão e com rigor a profundidade da crise em que o P.C.P. se encontra mergulhado (cf. Raby, 1987).

**7. Conclusões.** Tentemos, agora, uma resposta, que é afinal a enunciação de um conjunto de problemas:

<sup>33</sup> "Carta ao sr. António Sérgio", *Sol Nascente*, nº 19, 15/11/1937. Jofre Amaral Nogueira publicou ainda uma réplica à resposta de Sérgio, "Comentário para compreender", *Sol Nascente*, nº 21, 15/12/1937. A estes artigos de Jofre Amaral Nogueira, devemos acrescentar os dois contributos críticos, ideologicamente afins, de Mário Ramos, "Para uma crítica do crítico sr. António Sérgio", *O Diabo*, nº 164, 14/11/1937 e nº 168, 12/12/1937.

<sup>34</sup> Foram presos, ao longo de 1949, entre outros e sem pretensão de exaustividade, os seguintes dirigentes: Carlos Aboim Inglês em Janeiro; Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia Ferreira em Março; Joaquim Velez em Outubro; Diniz Miranda em Novembro; António Dias Lourenço e Georgette Ferreira em Dezembro. Foi também detectado e desmembrado um importante conjunto de "casas", em algumas das quais funcionavam "tipografias clandestinas".

1. é pela via da inspiração de Estaline (isto é, da construção teórica do marxismo-leninismo) que o PCP realiza a sua primeira reorganização;

2. os textos publicados, na sua heterogeneidade, esboçam uma concepção naturalista do marxismo, que é a ideologia da segunda reorganização do Partido, em 1940-41;

3. esta concepção (digamos) positivista do marxismo revelou-se solidária com a estratégia política frentista; os seus contornos teóricos precisos, os seus pressupostos e as suas implicações tenderam por isso a esbater-se na sua especificidade, para se tornarem a *ideologia* da posição política anti-fascista;

4. o marxismo inscreveu-se na renovação do republicanismo com o objectivo de lhe insuflar a *substância social* perdida e de, assim, preencher a *forma* política da democracia;

5. o marxismo constituiu a mediação das grandes transformações da consciência intelectual portuguesa;

6. a sobredeterminação política da estratégia frentista:

a) deu coesão reivindicativa à unidade antifascista;

b) bloqueou o debate dentro do campo marxista e entre as várias correntes que constituíam o campo anti-fascista. ■

## Referências Bibliográficas

- Althusser, Louis 1979 "Sobre a relação de Marx com Hegel", in L. A., *Hegel e o pensamento moderno*. Porto, RES Editora, 109-138.
- Alves, Ana Maria 1984 "Miguéis seareiro", posfácio a *O Pão Não Cai do Céu* de R. Miguéis, Lisboa, Estampa.
- Caraça, Bento de Jesus 1970 "A cultura integral do indivíduo", in B. J. C., *Conferências e outros escritos*. Lisboa.
- Castro, Armando 1983 "Primeiros críticos de Marx em Portugal", *Vértice*, vol. XLIII, 16-27. 107
- Catroga, Fernando 1981 *O problema político em Antero de Quental*. Coimbra.
- Catroga, Fernando 1982 *Filosofia e sociologia — A ideia anterior de socialismo*. Coimbra.
- Fonseca, Carlos da 1979 *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I — Cronologia*. Mem Martins, Europa-América.
- Godinho, José Magalhães 1983 "Como surgiu a União Socialista (Para a história do Movimento Socialista na década de 40)", in J. M. G., *Falas e Escritos Políticos*. Lisboa, Moraes Editores, 65-77.
- Gonçalves, Bento 1969 *Palavras necessárias*. Porto, Inova.
- Gonçalves, Bento 1976a *Os comunistas — 1: Bento Gonçalves*. Porto, A Opinião.
- Gonçalves, Bento 1976b *Escritos (1927-1940)*, recolha, introdução e notas de António Ventura. Lisboa, Seara Nova.
- Margarido, Alfredo 1975 *A introdução do marxismo em Portugal, 1850-1930*. Lisboa, Guimarães Editores.
- Moreira, Vital 1983 "O Capital em Portugal", *Vértice*, vol. XLIII, 41-57.
- Neves, Mário 1990 *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*. Lisboa, Caminho.
- Nogueira, César 1964 *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, vol. I (1871-1910). Lisboa, Portugália.
- Nunes, João Arsénio 1981 "Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-1933)", *Análise Social*, nº 67-68-69.
- Oliveira, César 1975 *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa, Seara Nova.
- Pedroso, Alberto 1988 "Bento Caraça e a extinção do MUD", *Vértice*, 2ª série, nº 6, 83-92.
- Pereira, José Pacheco 1981 "Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)", *Análise Social*, nº 67-68-69, 696-713.
- Pereira, José Pacheco 1982 "Problemas da história do P.C.P.", in *O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo.

António Pedro  
Pita

108

- Pita, António Pedro 1989 "A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941)", *Oficina do CES*, nº 12.
- Quental, Antero de 1931 "O socialismo e a moral", *Prosas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 3.
- Quintela, João G. P. 1976 *Para a História do movimento comunista em Portugal: 1. A construção do partido (1º período 1919-1929)*. Porto, Afrontamento.
- Raby, Dawn Linda 1987 "A crise ideológica da oposição: o PCP de 1949 a 1957", in *O Estado Novo — Das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*. Lisboa, Editorial Fragmentos, 47-58.
- Sá, Vítor de 1964 "Reflexos em Portugal da polémica económico-social 'filosofia da miséria' — 'miséria da filosofia'", in V. S., *Perspectivas do século XIX*. Lisboa, Portugália, 213-223.
- Santos, Fernando Piteira 1983 "Marx e o Movimento Operário Português (Algumas Notas)", *Vértice*, vol. XLIII, 28-40.
- Santos, Fernando Piteira 1992 "O 'movimento socialista' em Portugal nos anos 30 e 40 do século XX", *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 535.
- Silva, Isabel Alarcão e 1993 "A admissão de Portugal na ONU", *História*, nº 165, 12-41.
- Soares, Rodrigo 1947 *Por um novo humanismo*. Porto, Livraria Portugália.